

Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas*

The agro-ecology movement: trajectories, contradictions and perspectives

Alfio BRANDENBURG**

RESUMO

Esse texto trata de analisar a trajetória do movimento alternativo ou ecológico na agricultura, tendo como referência, principalmente, dados de estudos realizados no Brasil, França e Alemanha. São privilegiados na análise os aspectos relacionados com a origem do movimento; a expansão e os atores sociais; as estratégias de organização e a relação com a natureza; a organização social e reconstrução das relações sociais; os agricultores, a sociedade e o mercado. Finaliza-se com uma síntese da trajetória identificando os principais momentos que levaram à institucionalização do movimento ecológico.

Palavras-chave: movimento agroecológico, movimento alternativo.

ABSTRACT

This article looks at the trajectory of the alternative or ecological movement in agriculture, based primarily on data from studies carried out in Brazil, France and Germany. I focus on the following aspects: the movement's origin and growth; the social actors involved; the organizational strategies pursued; its relationship with nature, social organization and the reconstruction of social relationships; farmers, society and the market. I conclude with a synthesis of the ecology movement's trajectory, identifying the main factors that lead to its institutionalization.

Key-words: ecological movements, alternative movements.

* Texto produzido com apoio Bolsa CAPES. O autor agradece as interlocuções de Hugues Lamarche e Götz Schmidt.

** Professor do Departamento de Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia e Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento; UFPR. <alfio@onda.com.br>

Agricultura alternativa: a origem do movimento

A história da agricultura alternativa antecede a chamada revolução verde. Surge na Alemanha, em 1924, com a agricultura biodinâmica e natural (VOGT, 1999), na Inglaterra, em 1946, com a agricultura orgânica (REED, 2002) e na França, em 1940, com a “agriculture biodynamique d’alimentation normale” (CEZAR, 1999). Em sua origem, a agricultura alternativa, hoje agricultura ecológica, está associada a um pensamento filosófico, antropológico ou esotérico (orientada por Steiner, Alemanha), de contestação política (Soil Association, Inglaterra) ou de reação a padrões industriais de produção e consumo de alimentos (como GABO, na França). Quer seja associado à preservação de saúde ou a um estilo de vida anticonsumista, são todos movimentos de reação e de contestação ao domínio técnico industrial e crítico à agricultura de insumos químicos. (BARRES, BONNY, LEPAPE, REMY, 1985)

No Brasil, não existem registros de um movimento semelhante nesse período. Contudo, os fundamentos práticos para uma agricultura ecológica já existiam anteriormente ao período da modernização. Imigrantes europeus introduziram sistemas de produção baseados na gestão de recursos naturais oriundos da primeira revolução agrícola, sendo marginalizados pela política da modernização. Pode-se dizer que os nativos, descendentes de índios, dominavam um saber que tinha por base as leis da natureza e que embora não fosse competitivo com os sistemas modernos, tinha uma relação direta com os ecossistemas naturais. Enquanto um movimento socialmente organizado, a agricultura alternativa tem sua origem na década de 70. Surge como um contramovimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola. Esta, pelo seu caráter excludente, irá provocar uma reação de grupos de agricultores familiares não contemplados pelos benefícios dos subsídios governamentais, provenientes do crédito agrícola, ou de outros serviços prestados por órgãos públicos destinados a orientar o agricultor, prestar serviços e fomentar infraestrutura de apoio no meio rural.

Os grupos alternativos serão formados por agricultores familiares em via de exclusão, ou excluídos diretamente pelos mecanismos de expropriação da política agrícola. Sem assistência dos serviços oficiais, esses agricultores serão agentes de ação de órgãos ligados à ala

progressista da Igreja Católica ou Protestante. As chamadas Comissões Pastorais da Terra irão desenvolver um trabalho junto aos Agricultores e, em alguns casos, através de órgãos criados com finalidade específica, como o caso da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assessor, no Oeste do Paraná e da Associação de Hortigranjeiros do município do Turvo no Centro-Oeste do Paraná, Centro Vianei de Educação Popular em SC, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e Centro de Tecnologias Alternativas e Populares - Cetap, no Rio Grande do Sul. Essas organizações desenvolverão um serviço de assistência aos agricultores numa perspectiva política crítica à modernização da agricultura. Sob o ponto de vista técnico resgatam-se práticas tradicionais e já conhecidas dos agricultores, visando a compor um conjunto de estratégias que permitiriam a reprodução social dos agricultores no campo. A agricultura alternativa representa uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar e significa a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa.

O surgimento da agricultura alternativa, no Brasil, coincide com o ressurgimento dos movimentos alternativos nos Estados Unidos e Europa. Contudo, nos demais países, a agricultura alternativa não tem o mesmo sentido. Nos Estados Unidos, a agricultura alternativa é entendida como uma agricultura adaptada e inserida num contexto de revalorização da pequena propriedade familiar (SCHUMACHER, 1977). Na Europa a agricultura alternativa, hoje dinamizada pela agricultura ecológica, data da primeira metade do século passado, mas no período da modernização ressurgem grupos como a Société Lemaire-Bucher e Nature e Progrès, na França; Bioland e a histórica Demeter, na Alemanha. Durante os anos 70 o modelo desses agrupamentos passa a ser defendido pelos movimentos de contracultura e de contestação à sociedade capitalista e de consumo (GAUTRONNEAU; SILVANDER; RIBA, 2001)

No Brasil, embora os modelos europeus inspirem formas alternativas de organização da produção, a agricultura alternativa surge diante de contextos de uma política agrária excludente, motivada por organizações politicamente engajadas e visando à construção de uma sociedade democrática e com a perspectiva de transformação social. Recentemente, jovens agricultores com formação técnica ou acadêmica dinamizam a agricultura alternativa e atuam no sentido de obter um reconhecimen-

to societário e uma institucionalização do padrão agroecológico de produção.

O movimento agroecológico em expansão e os atores sociais

O movimento agroecológico é um contramovimento ao domínio da lógica industrial de produção

Entende-se por agricultura ecológica aquela que abrange um conjunto de modelos alternativos ao padrão agroindustrial de produção. Ela atinge desde os modelos associados à origem do movimento alternativo até os modelos ressignificados em função dos movimentos ecológicos recentes e regulamentados pelas políticas agrícolas. Desta forma, a agricultura alternativa e agricultura ecológica dividem o mesmo significado.

A agricultura ecológica, após um período de estagnação e de reprodução em nichos alternativos ou espaços sociais restritos a determinados visões de mundo, experimenta uma fase de expansão. O conjunto de agricultores alternativos ou ecológicos, no entanto, é de difícil conhecimento pelo fato de não se possuírem estatísticas daqueles modelos, cujos sistemas de produção ainda não foram regulamentados. Desta forma, os dados que se apresentam referem-se à moderna agricultura biológica, ecológica, orgânica etc., ou seja, da agricultura ecológica já institucionalizada e relacionada aos contextos específicos de seus respectivos países. Mesmo assim, os estudos relacionados com a agricultura ecológica já regulamentada mostram que a emergência dessa modalidade de produção se verifica em todos os continentes do globo¹ (tabela 1). Na Europa, a Itália é o país com maior área plantada (1.040.377 ha), seguida da Alemanha (546.023 ha), enquanto na América do Sul, a Argentina lidera com 2.800.000 ha, seguida do Brasil com 803.180 ha. A expansão da área plantada na Europa ocorreu principalmente nos anos 90, após o decreto 2092/91 que regulamenta o mercado europeu de produtos ecológicos.

A evolução dos números que atestam o crescimento geral da produção ecológica pode ser observada nas tabelas 2, 4 e 5.

Na Alemanha, o número de estabelecimento ecológico passou de 5.866 para 12.740, no período entre 1995 e 2001, o que representa 3,20 % da área agrícola cultivada ecologicamente (tabela 2).

Na França, os dados que comparam a evolução entre 1999 e 2000, indicam um crescimento, tanto na área quanto no número de estabelecimento, acima de 10 %. A área cultivada ecologicamente ocupa 1,3 % da área agrícola cultivada (tabela 4).

No Brasil, com a ECO-92, a agricultura alternativa irá ser fomentada por associações, organizações não-governamentais e entidades públicas de assistência Técnica como a Emater, sob a rubrica de agricultura sustentável. A agricultura sustentável é então entendida como uma forma de organização de produção potencializadora de recursos disponíveis no seu âmbito interno e de uso reduzido de insumo.

Recentemente, no entanto, diante do crescimento dos movimentos ecológicos e de uma demanda por produtos agrícolas que apresentam menor risco à saúde, a agricultura alternativa encontra na ecologia seu fundamento para uma nova expansão e dinamização. Agricultura alternativa e agricultura ecológica acabam se encontrando, embora determinadas correntes, como a agricultura biológica ou orgânica em expansão, não tenham sua origem em contexto brasileiro. A agricultura ecológica, representada por diferentes correntes (agricultura orgânica, biodinâmica, agroecológica) passa a ser fomentada particularmente por associações lideradas por agrônomos técnicos que retornam ao campo, chamados neo-rurais² (KARAN, 2001). No Brasil não se encontram nichos de modelos ecológicos como na Europa, que se preservaram mesmo com a modernização agrícola, salvo alguns casos de agricultura biodinâmica, mesmo assim, os novos agricultores passam a se inspirar nesses modelos que datam da primeira metade do século passado.

Embora não se tenham dados que permita analisar a evolução da agricultura ecológica no Brasil, conforme Darolt (2002), estimativas realizadas em 2001 por técnicos vinculados à área apontam para um número significativo de agricultores orgânicos (14.866 propriedades agrícolas conforme tabela 5, ocupando uma área de

1 Os dados referem-se à agricultura ecológica, institucionalizada em maior ou menor grau. Não se incluem os dados sobre agricultura alternativa, *agriculture paysane, fermier*, sustentável etc.

2 Neo-rurais é a designação dada a agricultores que viveram no meio urbano, mas que voltaram ao campo, mediante o movimento de contracultura dos anos 60 na Europa. Na Região Metropolitana de Curitiba, 60% dos agricultores ecológicos procedem de ocupações não agrícolas, embora com antecedentes no meio rural.

275.576 ha). Sob o ponto de vista da agricultura orgânica em torno de 30 produtos vêm sendo cultivados nas diversas regiões do Brasil (DAROLT, 2002). Os números indicam que tanto no Brasil quanto na Europa, a década de 90 foi decisiva para o crescimento da produção ecológica e desta forma caracterizadora de um período de expansão e de afirmação dessa modalidade de exploração agrícola.

Motivações, categorias sociais e correntes do pensamento ecológico

A expansão recente da agricultura ecológica, verificada simultaneamente com a valorização da ecologia na sociedade, é fomentada por agricultores de elite, neo-rurais e por profissionais qualificados³ (RUALT, 1999; KARAN, 2001; BALEWSTRIN, 2002), o que não significa dizer que os agricultores tradicionais não participam do movimento. Pelo contrário, no Brasil cresce o número de agricultores tradicionais (tabelas 5) que convertem suas unidades convencionais de produção agrícola para unidades de produção ecológicas. As razões que levaram à conversão são as mais diversas. Darolt (2000), ao estudar os sistemas de produção orgânica da região de Curitiba, indica a saúde, as vantagens econômicas, a convicção ideológica e a conservação dos recursos naturais, respectivamente, como motivos mais relevantes que induzem à mudança. Pesquisas realizadas recentemente com cafeicultores da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil-ACOB (ASSIS, 2001) e com agricultores familiares tradicionais na Região Centro Oeste do Paraná (BRANDENBURG, 1999) constataam que o motivo econômico⁴, o ambiental, o de prevenção à saúde e o ideológico constituem os fatores explicativos mais relevantes para os agricultores optarem por uma agricultura alternativa ou agroecológica. Na Alemanha, pesquisa realizada por Peters (1997) indica que as motivações individuais para a agricultura ecológica advêm da opção por um modo de vida ou pelo interesse comercial, podendo se identificar motivações de caráter ético e social.

Desta forma, tanto no Brasil como no exterior, a mesma diversidade de motivos é indicada pelas pesquisas. Embora em contextos diferenciados, se tomarmos o

fator econômico como categoria que significa maior rentabilidade financeira; o fator saúde como atitude de prevenção de doenças causadas por intoxicação de agroquímicos; e, o fator ético como uma atitude resultante da orientação de um princípio ou uma crença relacionada a práticas de restabelecimento do equilíbrio do sistema natural, é possível afirmar que de modo geral os fatores que explicam as motivações individuais para expansão da agricultura alternativa e ecológica são de ordem econômica, ética e social.

A maior parte dos agricultores alternativos e ecológicos que converteram e convertem seus sistemas de produção, hoje no Brasil, é familiar. Em países como a Alemanha e França mesmo em se tratando de agricultores camponeses, há uma grande diversidade de categorias, à medida em que se identificam: neo-rurais, que participaram do movimento de contracultura; profissionais qualificados em cursos superiores de agronomia que herdaram seus estabelecimentos; ou, profissionais de outras áreas de conhecimento que visualizam na agricultura ecológica uma atividade oportuna e diferenciada. Há também grandes empresas e empresas associativas, principalmente na Região do Leste da Alemanha. Desse modo, identificam-se grupos diferenciados entre os participantes do movimento ecológico.

O agricultor ecológico não constitui uma categoria social homogênea. Isto significa dizer que, tanto no Brasil quanto na Europa, a agricultura ecológica não constitui uma estratégia de reprodução de uma categoria social específica, não podendo ser considerada como uma solução para as questões relacionadas à sobrevivência e reprodução de uma determinada categoria. Entre os agricultores ecológicos podem ser identificados pequenos agricultores tradicionais, neo-rurais, pequenos empresários, empresas associativas, cooperativas de produção, empresas que contratualizam a produção. São categorias sociais que de qualquer forma estão engajadas, através de suas associações (conf. item 4), em diferentes correntes do pensamento agroecológico.

Entre as diversas correntes ecológicas, muitas delas já foram regulamentadas, outras ainda não. São exemplos de correntes alternativas sem regulamentação: a agricultura alternativa, no Brasil; “production fermiere”, “agriculture paysanne”, “agriculture durable”, na França. As correntes mais relevantes já regulamentadas ou em

3 Profissionais qualificados são técnicos especializados ou agrônomos que praticam a agricultura ecológica.

4 O motivo econômico deve ser entendido como relacionado à sobrevivência, às condições econômicas e sociais da reprodução do agricultor.

vias de regulamentação: a agroecológica (Brasil e América Latina), a biodinâmica (Brasil, França, Alemanha e outros países da Europa) orgânica e/ ou biológica⁵ (Brasil, França e Alemanha e outros países da Europa).

A emergência da via ecológica como uma alternativa de construção de um outro paradigma de produção agrícola, de padrão de consumo alimentar e de relação socioambiental fez com que se retomassem não apenas matrizes técnicas existentes anteriormente à modernização, mas provocou a formação de novos atores, em torno de associações específicas motivados pela demanda de alimentos de “qualidade diferenciada”. Desta forma, o impacto da agricultura ecológica na agricultura de modo geral gerou modelos diversos. Além das correntes citadas anteriormente, pode-se identificar atores que desenvolvem a agricultura sustentável, a agricultura integrada, agricultura de precisão etc. Estas, no entanto, visto que não representam um rompimento com o padrão convencional, constituem uma agricultura que conjuga práticas diversas, considerando as técnicas de cultivo e sua lógica produtivista. Visam a desenvolver uma agricultura que, sob o ponto de vista dos atores, é também respeitosa ao meio ambiente, à medida que leva em conta níveis adequados e gestão controlada de insumos objetivando: 1) reduzir o impacto sobre o meio ambiente; e 2) não ultrapassar a capacidade de suporte dos recursos naturais. (FERET, DOUGUET, 2001) .

Deduz-se então, conforme as observações acima, que categoria social e corrente de pensamento ecológico não estão correlacionados de forma excludente. Uma corrente do pensamento ecológico pode envolver diversas categorias, assim como uma categoria social pode levar em conta diferente correntes. Categorias sociais e correntes do pensamento ecológico cruzam-se formando uma rede complexa de interações. Nesse sentido, na prática nem sempre é possível identificar agricultores com uma orientação ideológica autêntica. Salvo os militantes ou pioneiros do movimento, o pragmatismo e a experiência distanciam diversos atores dos princípios ideológicos de origem.

Estratégias de organização da produção e a relação com a natureza

A organização da produção alternativa desenvolveu-se e preservou-se mediante uma práxis agrícola tendo o agricultor como agente principal (SCHMIDT; JASPER, 2001). O conhecimento sobre as técnicas e a gestão desta modalidade de organização produtiva ficou circunscrito aos âmbitos informais da relação social e distante das instituições formais de pesquisa. Nesse sentido, sua disseminação ficou restrita à troca de experiências através de relações informais, dos encontros e conversas pessoais, sendo as próprias lavouras, as visitas ou mesmo os dias de festas as formas privilegiadas. O conhecimento aplicado não constitui apenas fruto de uma racionalidade técnico-econômica, mas de uma sabedoria que combina racionalidade e subjetividade. Assim, as estratégias de gestão da organização da produção ecológica não apenas são orientadas por uma lógica econômica, mas por uma experiência oriunda de uma história de vida (PETERS, 1997). Uma história em que, sob ponto de vista ecossocial, a natureza não é negada e substituída por outros processos de produção, mas atua como aliada, fundamentando padrões de orientação de gestão produtiva.

Sob o ponto de vista ecológico, as unidades de produção agrícola são tidas como um organismo vivo no qual o homem interage com solo, planta, animal, constituindo um todo articulado. As diversas atividades se complementam de forma a se nutrirem energeticamente e se integram de forma interdependente (SCHMIDT; JASPER, 2001). Os sistemas agroecológicos de produção são orientados desde a sua origem, por princípios em que a relação homem natureza é permeada por vínculos de associação e cooperação visando a nutrir funções vitais. Nesta concepção, a diversidade de atividades agrícolas e pecuárias, geridas sob orientação de um saber de múltiplas dimensões, cumpre um papel não apenas de equilíbrio e de preservação no sentido ecológico, mas também de afirmação de uma identidade, de formação de

⁵ A agricultura orgânica e biológica surgiu de contextos sociais diferenciados. Contudo, sob o ponto de vista prático, não há grandes diferenças e o que se denomina agricultura orgânica no Brasil equivale a agricultura biológica na França e Alemanha.

atores com uma “relativa autonomia”⁶ no sentido da organização interna da unidade de produção (DEFONTAINES, 2001).

A autonomia na organização do trabalho constitui aspecto relevante identificado em diversos estudos recentes sobre agricultura familiar (WANDERLEY, 1989). Ela se reproduz entre os agricultores ecológicos e modernamente está relacionada com o domínio das atividades internas visando a destinar tempo para atividades não produtivas – militância política e religiosa; atividades culturais e artísticas, como mostra o estudo de Deleage (2001), realizado no Oeste da França.

A unidade de produção ecológica, contudo, também sofre pressão das regras de mercado e à medida que aumenta a demanda de produtos ecológicos, surgem no cenário agrícola diferentes estratégias de organização produtiva. Desse modo, as estratégias de organização da produção também se diferenciam diante de um mercado competitivo e globalizado. Pesquisa realizada com agricultores ecológicos na Alemanha, por Peters (1997), demonstram que, à medida que se submetem à concorrência com agricultores convencionais, duas estratégias principais são constatadas: uma submetida a uma lógica de produção orientada para o mercado e outra orientada por uma lógica de baixo *input* externo. No primeiro caso, as estratégias internalizam a lógica de mercado e, nesse sentido, privilegiam o uso de capital intensivo e de crédito, tornando-se mais dependentes dos *inputs* externos. No segundo caso, potencializam o uso de recursos naturais internos, inclusive de trabalho e de capital.

Submetidos às mesmas regras de concorrência, tanto os agricultores ecológicos como os convencionais adotam estratégias semelhantes. A pesquisa realizada por Peters (1977), chega a resultados semelhantes ao estudo realizado por Lamarche (1991, 1992), em estudo comparativo realizado entre agricultores familiares do Brasil, França, Polônia e Canadá e Tunísia. Apenas neste caso Lamarche identifica quatro modelos ou subcategorias de agricultores familiares, cuja estratégia de organização produtiva combina lógica de mercado e lógica de estrutura familiar. Pelo fato de incluir países de desenvolvimento capitalista tardio no universo de pesquisa, onde ainda se constata uma expressiva agricultura de subsistência, Lamarche classifica os seguintes modelos: “agricultura camponesa”, “empresa familiar”

“empresa” e “agricultura familiar moderna”. Estes seriam organizados obedecendo a uma lógica alternativa de organização da produção, pelo fato de combinar uma lógica de mercado com uma lógica de baixos *inputs* externos, isto é, potencializam os recursos internos quer sejam de mão-de-obra ou de capital. “Agricultura familiar moderna” seria para Lamarche o que para Peters corresponde à unidade de produção orientada pela lógica de baixo *input* externo, enquanto “empresa” corresponderia ao que Peters identifica como lógica orientada para mercado. Relevante no estudo de Lamarche é que, no caso brasileiro, entre os agricultores familiares, a “exploração familiar moderna” (ou de lógica alternativa) é amplamente majoritária na amostra.⁷ As conclusões de Lamarche sobre a existência de uma estratégia alternativa entre os agricultores são ratificadas nos estudos recentes de Assis (2001) e Darolt (2000), com agricultores orgânicos. Embora com uma outra metodologia, Assis indica que os agricultores familiares, produtores de café orgânico, converteram o sistema de produção com certa facilidade, pelo fato de estarem parcialmente inseridos no pacote da “Revolução Verde”, isto é, “já utilizavam sistemas de produção intensivos no uso de recursos biológicos”. A interpretação sobre a existência de um potencial para a agricultura alternativa na agricultura familiar também pode ser obtida na pesquisa de Darolt (2000). Na sua amostra, 91% dos agricultores orgânicos são orientados por uma lógica familiar.

Ainda com relação aos estabelecimentos que operam segundo uma estratégia de baixo *input*, pode-se acrescentar que seus objetivos são orientados por uma racionalidade que não privilegia a acumulação do capital. A racionalidade técnico-instrumental está vinculada aos objetivos de reprodução social e a um projeto social de vida, cuja definição está em função de aspirações individuais e valores socioculturais que integram o mundo de sua experiência de vida (BRANDENBURG, 1999). Nos estabelecimentos que operam sob a estratégia da lógica de mercado, os objetivos finalistas tendem a seguir uma racionalidade econômica, e por isso, se expõem mais aos riscos e às inovações técnicas.

As estratégias que operam segundo a lógica de mercado tendem a especializar seus sistemas de produção contrariando os princípios tradicionais da agricultura alternativa e ecológica, fundamentados na

6 A relativização da noção de autonomia é realizada pelo autor.

7 Em Ijuí e Leme, respectivamente 53% e 84%.

complementaridade da exploração vegetal e animal, na diversificação de explorações visando a melhor gerir os problemas sanitários de ataque de pragas e ervas daninhas. Nesse sentido, pesquisas recentes realizadas na França, Canadá, Estados Unidos, de modo geral, alertam que a simplificação dos sistemas de produção do tipo ecológico-moderno poderá trazer conseqüências nefastas para o meio ambiente, igualando-os aos sistemas da agricultura convencional (DAVID, 1999; CLARK, 1999; IKERD, 1999). No Brasil, a tendência de especialização é confirmada em estudo realizado por Assis (2001), junto a cafeicultores orgânicos. Segundo o autor, os agricultores que seguem a lógica de mercado, segundo a organização capitalista de produção, são os que tendem a reduzir o número de explorações na agricultura.

A organização social e a reconstrução de relações sociais

No Brasil, os agricultores praticantes de uma agricultura alternativa são motivados por agentes pastorais da Igreja e por técnicos de entidades não-governamentais, principalmente, a se organizarem em associações, visando a construir um espaço de discussão sobre as condições de sua existência e formas de enfrentamento dos problemas relativos à produção e comercialização. Estes espaços visam a construir relações sociais capazes de manter sob seu controle, a gestão dessas associações em contraposição às organizações cooperativas. Nestas, os agricultores alternativos se viram excluídos, em função da lógica empresarial a que foram submetidas as cooperativas. Daí a proposta de construir organizações sociais autogestionáveis, sob a assessoria de técnicos comprometidos com uma ideologia alternativa em relação ao modelo hegemônico da modernização.

O surgimento de associações se verifica em diversas regiões no Brasil a ponto de se formar um movimento que se articula nacionalmente e busca construir uma via alternativa à modernização conservadora e por isso denominado Agricultura Alternativa. A multiplicação de grupos e associações engajados na busca de técnicas alternativas de produção enseja um encontro em Campinas em 1983, do qual participam mais de 100 lideranças nacionais entre técnicos e agricultores representantes de diversos estados brasileiros. Neste encontro, foram

criadas as bases para a organização de uma rede nacional de fomento às tecnologias alternativas. Surge a partir daí o Projeto Tecnologias Alternativas que articula dez estados brasileiros: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. (WEID, 1985, 1988). A agricultura alternativa constitui a base para o surgimento de uma rede de organizações não-governamentais de cunho desenvolvimentista na agricultura.

No Brasil, essas associações, junto com as ONGs atuaram na forma de um contrapoder em relação aos órgãos governamentais, formulando críticas a políticas do estado, dele se distanciando com relação as suas propostas, reforçando com isso a autonomia do movimento.

Também na Europa, os agricultores, precursores da agricultura ecológica, reagem às políticas de modernização e conquistam espaços na sociedade, organizando grupos e associações. Na França, um dos grupos pioneiros da agricultura biológica, o Grupo de Agricultores Biológicos do Oeste (Gabo) irá surgir já em 1958. Outra associação, a “Associação Française pour une Alimentation Normale” (Afran), será fundada por um médico preocupado com os aspectos da nutrição da agricultura-biodinâmica (CEZAR, 1999). A partir de então, outros grupos surgem, seja provenientes da divisão interna de grupos pioneiros, seja mais recentemente dentro de novos contextos como a expansão da agricultura biológica (GAUTRONNEAU; SILVANDER; RIBA; 2001)

O fortalecimento do movimento ecológico cria condições para o reconhecimento do movimento de agricultores alternativos e no final dos anos 70 o movimento organiza a “Fédération Nationale d’Agriculture Biologique” (FNAB). Já anteriormente, fruto da expansão do movimento da agricultura ecológica em toda a Europa e outros continentes, em 1972, surge a “International Federation of Organic Agriculture Movements” (Ifoam).

Embora no Brasil ainda não exista uma organização no âmbito nacional que congregue a agricultura ecológica, o grupo de agricultores que lidera a agricultura alternativa se articula nacionalmente, desde 1973, através da Rede ASPTA. Constata-se também o aumento de agricultores e profissionais que se agregam ao movimento, dando ensejo a uma expansão de associações de agricultores, o que provavelmente levará a uma organização de âmbito nacional. Este fato, se por um lado contribui com o processo de construção de uma sociedade democrática, por outro tem provocado a emergência de

conflitos no âmbito interno das organizações. A participação de profissionais tanto na assessoria como diretamente nas organizações dos agricultores, torna essas organizações contraditórias, seja em função dos diferentes referenciais técnicos entre agricultores e profissionais, seja em função de conflitos oriundos de interesses divergentes quanto ao destino dessas organizações (RUALT, 1999; BALASTRINI, 2001). Essas contradições, no entanto, não podem ser encaradas exclusivamente numa ótica negativa, pois as relações organizacionais internas constituem também um espaço de aprendizagem e exercício de reconhecimento de afirmação de identidades, requisito fundamental da democracia. Se por um lado os profissionais disputam com os agricultores a gestão de seus organismos, por outro, a mobilização conjunta dos mesmos possibilitou a emergência da agroecologia como um movimento organizado bem como seu reconhecimento sociopolítico na sociedade. Esse reconhecimento constitui uma dimensão fundamental para a afirmação do sujeito enquanto ator social. O processo de formação de sujeito já foi observado em estudo das Associações da Rede de Organizações Não Governamentais no Brasil (ALMEIDA, 1999; BRANDENBURG, 1999) e sem dúvida constitui um dos aspectos mais importantes do avanço do movimento social alternativo.

Em todos os países da Europa, como no Brasil, participam da organização do movimento da agricultura ecológica profissionais das mais diversas áreas. A vinda de profissionais de vivência urbana que elegeram a agricultura ecológica como uma opção ou estilo de vida diferenciado dinamizou o movimento e os profissionalizou, colocando a agroecologia em condições competitivas com a agricultura convencional. Esses profissionais, ao mesmo tempo em que são movidos pela busca de um modo de vida alternativo não se restringem a uma atuação na esfera técnica ou organizacional, uma vez que também se posicionam politicamente, contribuindo com o processo de politização dos agricultores. Desta forma assim como os agricultores se diferenciam

quanto às estratégias de organização produtiva, os grupos organizados irão se diferenciar em relação às estratégias sociopolíticas.

O movimento da agricultura alternativa e ecológica contribui com a desmistificação de que o camponês ou agricultor familiar é politicamente conservador. Uma parte significativa dos grupos de camponeses da Alemanha, Áustria e França, desde o período da modernização, irá se alinhar às entidades combativas⁸ que reforçam politicamente os partidos alinhados à esquerda (SCHMIDT; JASPER, 2001). Outros grupos irão participar das Federações Nacionais de Agricultura, de tendência mais conservadora. No Brasil, desde a sua origem, os grupos da agricultura alternativa estiveram alinhados a movimentos sociais combativos e aos partidos políticos que lutavam por uma democratização social e uma proposta de transformação da sociedade. Embora na atualidade os atores que participam do movimento ecológico estejam inseridos nas mais diversas entidades, em grande parte ainda participam de entidades sindicais e associativas combativas.⁹

Essa posição política do movimento fez com que a agricultura alternativa tivesse nos partidos progressistas um canal de expressão para reivindicar seus interesses. Muitos dos militantes e líderes se engajaram em correntes político-partidárias e com isso atingiram alguma forma de poder, tendo influência na formulação de políticas públicas. O exemplo mais expressivo vem da Alemanha, onde os camponeses e profissionais participam do poder público, ocupando cargos administrativos. Entre eles, o Ministério da Agricultura e Abastecimento, ocupado pelo Partido Verde e sob influência dos movimentos agroecológicos.

No Brasil, embora a agricultura familiar não tenha força política suficiente para influenciar a formulação de políticas agroecológicas, observa-se que militantes e líderes de movimento alternativo e ecológico vêm ocupando espaços na administração do poder local.¹⁰

8 Na França: Confédération Paysane. Austria: Österreichische Bergbauern Vereinigung (ÖBV). Alemanha: Arbeitsgemeinschaft Bäuerliche Landwirtschaft (ABL).

9 As Organizações de Agricultores Familiares que têm na agricultura alternativa ou ecológica uma estratégia de organização de produção estão vinculados à Central Única dos Trabalhadores – CUT – e apóiam o Movimento dos Sem-Terra.

10 Na região Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná, o movimento elegeu vereadores e influenciou na eleição de prefeitos.

Agricultores ecológicos, sociedade e mercado

A partir das suas organizações, associações, ou mesmo individualmente, os agricultores construíram sua estratégia de relação com o mercado. Para se viabilizarem economicamente, eles precisavam encontrar outros caminhos, diferenciados do mercado de consumo massificado, para comercializar seus produtos. Dessa maneira privilegiaram o sistema de transação comercial direta com o consumidor, em que os contatos pessoais favoreceram a criação de uma clientela fiel aos produtos alternativos. As formas exploradas foram: as feiras de produtos alternativos ou ecológicos; os sistemas de entregas diretos ao consumidor; os eventos especiais, como festas e exposição de produtos; a venda na própria propriedade agrícola (SCHMIDT; JASPER, 2001; RUCINSKI, 2000). A produção de alimentos alternativos ou ecológicos exigiu a construção de formas alternativas de comercialização.

O sistema de comercialização alternativo não desempenha apenas o papel de transação comercial, mas também aí se constroem espaços de sociabilidade, de degustação de produtos e de reeducação de hábitos alimentares, de difusão de informações sobre questões relacionadas à saúde e dos modos de produção de alimentos (RODRIGUES, 2001). Além disso, a partir desses espaços de sociabilidade desenvolvem-se vínculos de solidariedade entre produtores e consumidores, dando origem a organizações de consumidores de produtos ecológicos (RUCINSKI, 2000).

Se por um lado a construção de um comércio alternativo se realizou sob a demanda de um tipo de consumidor tido como tradicional, ideológico ou militante (RUALT, 1999; SILVANDER, 1999), a expansão do mercado para produtos ecológicos, que vai ocorrer principalmente a partir da década de 90, é promovida por um outro tipo de consumidor. Os “novos” consumidores, embora diferenciados do consumidor de comércio massificado, irão seguir alguns critérios dos consumidores convencionais, tais como apresentação, preço e diversidade de produtos (SILVANDER, 2001; SPILLER, 2001). Se distinguem do consumidor de massa quando os critérios são alimentos sem resíduos tóxicos, com selos de garantia e de origem regional (WITHGEN; SCHMIDT; GEWERT, 2001). Tal

como os antigos, os novos consumidores são motivados a procurar alimentos ecológicos por questões de saúde e segurança alimentar. Esta é a razão principal para a expansão do mercado de produtos ecológicos, à medida que a sociedade toma conhecimentos dos riscos relacionados com produção industrial de alimentos e com as conseqüências que eventualmente podem ocorrer com o acúmulo de resíduos tóxicos no organismo humano.

Com o aumento na demanda por produtos ecológicos, categorias novas de agricultores convertem a produção convencional. Com isso, cresce a oferta, os meios de comercialização se reestruturam e os produtos ecológicos deixam de ser comercializados nos âmbitos restritos dos “nichos de mercado” para ocupar espaços no mercado convencional e nas grandes redes de supermercado. Nessa nova condição, os produtos passam a ser certificados e identificados com os selos de garantia.

Devidamente padronizados, os ecoprodutos disputam a venda com produtos industriais convencionais e passam a ser consumidos não apenas por clientes fiéis regulares como também por clientes ocasionais. Em contrapartida, passam a enfrentar a concorrência de produtos alternativos como os dietéticos, integrais, produtos do campo,¹¹ etc. Estudos realizados na França revelam que os novos consumidores e os ocasionais, sendo mais exigentes em preços, são sensíveis a esses modelos alternativos de produção (SILVANDER, 1999). Além disso, muitos consumidores desinformados confundem os dietéticos e outros produtos convencionais, com embalagem que trazem apelos ambientais ou alternativos com os ecoprodutos. Nesse sentido, o preço dos produtos vem sendo uma preocupação por parte dos agricultores ecológicos, seja em função da concorrência, seja em função de uma excessiva redução do preço que poderia eliminar as vantagens econômicas da agricultura ecológica frente à agricultura convencional.

O mercado de produtos biológico apresentou uma taxa de crescimento que varia entre 10 e 15 ou 15 e 20% ao ano, dependendo dos países. A Alemanha é o país com maior valor comercializado em euros (2,4 a 2,5 milhões), representando 1,6 a 1,8 dos produtos comercializados. Entre os países europeus como Dinamarca, Suíça, Áustria e Grã-Bretanha são os países com maior índice de ecoprodutos no mercado (tabela 3).

11 Na França, como na Alemanha, surgem produtos com marcas diversas, oriundos da chamada agricultura integral, agricultura camponesa, que embora não regulamentados como os biológicos, conquistam espaços no mercado pelo fato de serem frescos de qualidade e de sabor agradável.

O crescimento do mercado de ecoprodutos influencia produtores convencionais, exerce pressão sobre os preços e o sistema tradicional de produção e distribuição de alimentos, conduzindo a comercialização a uma concentração de seus meios, à apresentação dos produtos à estandarização e às normas que regulamentam a produção ecológica à flexibilização. Essa tendência de equiparação entre produtos convencionais e ecológicos no âmbito de mercado, flexibiliza as normas e conseqüentemente altera os processos técnicos, no âmbito das unidades produtivas que acabam por introduzir *output* de natureza industrial, visando a competir com os produtos convencionais. Essa adaptação e relaxamento nos processos produtivos representa um risco que pode levar a uma descaracterização dos sistemas ecológicos de produção que, ao se adaptarem aos requerimentos da lógica de mercado, poderão incorporar a mesma lógica do sistema convencional produtivista. Exemplo típico do que pode ocorrer com essa adaptação ficou evidenciado com o escândalo no nitrofenol na Alemanha. Aqui, as estruturas do sistema agroalimentar convencional vinham comercializando ração com um componente químico visando a melhorar a produtividade das galinhas poedeiras. Os laboratórios de controle identificaram, na ração, uma substância de natureza cancerígena, o nitrofenol, o que determinou o recolhimento dos ovos alternativos do mercado e afetou a credibilidade dos ecoprodutos. O exemplo da Alemanha mostra o risco que representa uma produção ecológica de massa, baseada nas estruturas e meios convencionais do sistema agroalimentar.

Embora estudos indiquem que a expansão do mercado tenha reforçado a comercialização via grande rede de supermercado e a substituição da rede profissional por um sistema agroindustrial de ecoprodutos (SILVANDER, 2001), observam-se na Europa reações por parte de grupos de agricultores, com apoio das Federações e Associações de Agricultores, que visam a manter as estruturas consideradas alternativas de comercialização. Tanto na França como na Alemanha pode-se observar o vigor das feiras locais e dos esquemas de entrega direta dos produtos alimentícios. Também são promovidos eventos, como festas de final de semana, organizadas por grupos ou agricultores em propriedades agrícolas, no sentido de aproximar o consumidor e motivá-lo a tomar conhecimento sobre os modos de produção agrícola e as atividades de gestão dos recursos da natureza. Se-

gundo os agricultores alemães, não há escândalo que possa afetar o comércio de produtos quando a relação entre produtor e consumidor é direta, pois os clientes conhecem e confiam na fonte produtora.

Outro aspecto que imprime uma diferença no mercado de ecoprodutos é o mercado regional. Se por um lado a expansão no mercado de alternativos tem se apresentado mediante uma diversificação crescente de tipos de produtos, através da importação de alimentos de outras regiões e países, por outro, há um tipo de demanda que reforça o consumo de produtos de origem regional (OPPERMAN, 2000; GOETHE ; SCHONE, 2002). Nesse caso, os consumidores manifestam atitudes relacionadas com vínculos a uma determinada região e reforçam as políticas de desenvolvimento que valorizam a identidade local e regional.

A questão geográfica poderá interferir em grau maior ou menor tanto na forma organizacional como nos aspectos relacionados aos requisitos de demanda. No Brasil, por exemplo, a distância geográfica favorece a criação de associações de agricultores de caráter regional ou local. Exemplo típico de uma organização regional é a Rede Ecovida, que abrange o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na Alemanha, observa-se que uma organização como a Bioland ou Demeter, por exemplo, atinge diversas regiões. Na França, os agricultores se organizam regionalmente, ou distritalmente sob orientação da Federação Nacional de Agricultores Biológicos.

Subjacente às reações de produtores e consumidores, encontram-se histórias e experiências distintas que dão origem a diferentes modelos de consumo e organização socioeconômica. Resguardada a especificidade e a história do movimento ecológico de cada país, o potencial para o crescimento do mercado de ecoprodutos é apontado como provável por todos os analistas de tendência de mercado (SILVANDER, 2001; HAMM; SPILLER, 2001). Na França, o potencial para crescimento é calculado em 20 % ao ano. Na Alemanha, com um mercado de produtos ecológicos calculado em 3 % a meta do Ministério do Consumidor estimula a produção visando a atingir 20 % do mercado com produtos alimentares de origem ecológica. Em função desse potencial espera-se que as correntes de produção alternativa, bem como as convencionais desenvolvam suas estratégias de marketing visando conquistar espaços e competitividade para seus produtos.

Agricultores ecológicos, instituições sociais e política agrária

Com o avanço dos movimentos sociais e a emergência dos eventos de cunho ecológico na sociedade, as instituições políticas e sociais não apenas passam a reconhecer a agroecologia como um movimento alternativo, como estimular e regulamentar a sua produção. O marco institucional para reconhecimento da agricultura ecológica, no âmbito internacional, foi a criação da Federação Internacional do Movimento de Agricultura Orgânica (Ifoam) em 1972.

A agricultura ecológica permanece como um contramovimento que, no entanto, na década de 80, já é beneficiada por políticas públicas de desenvolvimento, principalmente em países europeus.¹² A partir de 1991, passa a ser regulamentada e estimulada pela União Europeia, com políticas de subsídio à produção conforme Lei 2092/91.

A regulamentação da produção ecológica dá origem a um sistema de fiscalização e controle da produção. O Estado autoriza entidades que controlam os diversos grupos ou associações de agricultores e desta forma certifica os produtos ecológicos. O processo de identificação mediante os selos de garantia, no entanto, tem formas diferenciadas em cada país. Na Alemanha, cada grupo identifica-se mediante seu “Label” ou selo de garantia: Anog, Biokreis, Naturland, Ecovin, Ökosiegel, Gäa, Biopark, Bioland e Demeter, o mais antigo. Apesar do governo alemão recentemente ter criado um selo nacional, cada selo representa uma orientação, uma corrente ou concepção sobre a prática da agricultura ecológica. Na França houve reagrupamento de 14 linhas em dois grupos de orientação: Nature e Progrès e Agriculture Biologique. Todavia, no âmbito do mercado, toda a agricultura está organizada sob a identificação de um só selo: o “bio”, da agricultura biológica. O sistema é mantido pelos agricultores que contribuem com taxas de manutenção e participam da formulação das normas técnicas.

No Brasil, a agricultura ecológica ainda não se encontra regulamentada havendo, contudo uma Instrução Normativa – n. 007 de 17/maio/99 – editada pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento. Surgem certificadoras nas diversas regiões, sendo o Instituto

BioDionâmico – IBD – o mais conhecido, de abrangência nacional. No Brasil, são as entidades certificadoras que conferem os selos de garantia e não das associações, como na Alemanha ou França.

Embora a certificação seja importante sob o ponto de vista da identificação do produto no mercado, já se questiona sobre os efeitos do processo de certificação ou institucionalização (SCHMIDT, 2001). Seria ele mais um fator de exclusão social? Nesse caso qual seria a forma mais adequada de inserção no mercado? Haveria condições de modernamente a relação produtor-consumidor continuar fundamentada, na relação de confiança e proximidade? Há iniciativas de certificação alternativa, como o caso da Rede Ecovida, – Sul do Brasil – que instituindo seu próprio selo apresenta uma proposta de vigilância e fiscalização participativa. Nesse caso, há um processo de autovigilância realizado entre os agricultores participantes da rede (Rede Ecovida s.d.).

Outra dimensão da institucionalização é a política de apoio e fomento à produção. À medida que as questões ambientais passam a ter maior relevância na sociedade, os planos de desenvolvimento contemplam a agricultura ecológica em seus propósitos. Na Comunidade Europeia há subsídios específicos para converter a agricultura convencional em agricultura ecológica. No Brasil não existem programas de fomento desse tipo, embora alguns Órgãos de Extensão Rural já incluem programas de assistência a agricultores. Desta forma, salvo em países europeus, como a Alemanha, a agricultura ecológica não constitui um objetivo fundamental das políticas de desenvolvimento.

Partindo do princípio que a agricultura ecológica representaria uma mudança de paradigma, as políticas de desenvolvimento não apenas deveriam incluir medidas de fomento a mudanças técnicas, mas políticas de reestruturação infra-estrutural e social visando à construção de um modelo ecológico de vida. Nesse sentido, se desconhecem ações no âmbito da prática. Na maioria dos casos ajustam-se as estruturas já existentes.

No Brasil, as atividades de pesquisa são realizadas em instituições públicas por pesquisadores voluntários, ou por organizações não-governamentais. Igualmente nas universidades, nas faculdades de Agronomia, o perfil institucional do agrônomo, de modo geral é do tipo convencional. Os “profissionais alternativos”, não ob-

12 Na França, em 1981, a agricultura biológica já era beneficiada por políticas públicas.

têm sua formação nas escolas, mas por sua iniciativa a partir dos grupos informais de estudantes, buscam formação complementar nas experiências de grupos de agricultores, empresas, associações ou organizações não-governamentais.

Por outro lado, na Europa, algumas iniciativas de reconstrução institucional já se fazem observar. Na Alemanha, na Universidade de Kassel, Campus de Witzhausen, há um curso de Agronomia, surgido nos anos 80 com apoio do movimento estudantil e ecológico. É o único curso com currículo inovador, multidisciplinar, totalmente voltado à agroecologia (FREMEREY, 1999). Na França, há centros de pesquisa em agricultura biológica, em órgãos governamentais como o Institut National de La Recherche Agronomique – Inra.

A institucionalização da agroecologia enquanto uma alternativa diferenciada de organização produtiva e social é resultado da ação de um movimento que se manteve, mesmo que marginal e ignorado por pesquisadores e representantes políticos. Com a relevância da questão ambiental nos anos 90, é oficialmente reconhecida em praticamente todos os países do continente e assim considerada, inclusive, como um fenômeno sociológico (MICHELSEN, 2001). As conseqüências da institucionalização da agroecologia, para a sociedade e para o movimento social, no entanto, são de modo geral ainda pouco conhecidas. De qualquer modo, a institucionalização favorece a sociedade com um maior acesso a alimentos de maior qualidade, sob o ponto de vista ecológico, bem como uma maior participação de agricultores no processo produtivo. Ambos ao se instituírem como atores socioambientais desenvolvem medidas de prevenção de saúde, segurança alimentar e reforçam práticas de proteção ambiental. Embora hajam ganhos, tanto por parte do movimento como da sociedade, alguns fatos recentes provocam a inquietação dos militantes, agricultores ecológicos e estudiosos. Uma das questões diz respeito à possibilidade ou não de manter o caráter alternativo do movimento ecológico. Isto é, em que medida, ou sob que formas institucionais, a agroecologia poderá se desenvolver enquanto proposta de um paradigma alternativo ao modelo industrial. É possível uma agricultura agroecológica desenvolver-se em estruturas que operam sob os moldes da racionalidade instrumental da agroindústria? A agroecologia irá desenvolver-se em direção a um modelo ecoindustrial ou preservará seu caráter alternativo?

Agricultores ecológicos e a relação sociedade-natureza: síntese de uma trajetória

O desenvolvimento da agricultura ecológica ou alternativa, desde ao seu aparecimento, passou por três momentos distintos, mas não excludentes.

O “primeiro”, diz respeito, a sua gênese e representa um contramovimento ao processo de industrialização da produção agrícola, mediante o uso de agroquímicos. A agricultura alternativa, sob as mais diversas rubricas (alternativa, biodinâmica, natural, biológica), está fundamentada em processos de gestão de recursos naturais. Na sua origem, todas as vertentes da agricultura alternativa ou ecológica visam a potencializar os recursos produtivos, (terra, biodiversidade, água, trabalho, técnicas de produção) mediante práticas de manejo, considerando princípios ou leis naturais. Ao mesmo tempo, a agricultura alternativa é portadora de uma mensagem ambiental e ecológica em que a relação homem-natureza é mediada por uma representação diferenciada do ambiente da agricultura convencional. A natureza não é apenas entorno, mas representa uma visão de mundo, na qual o homem integra o mundo natural e com ele se identifica. Nesse sentido a produção agrícola não é apenas orientada por uma racionalidade instrumental, mas por racionalidades diversas relacionadas com a natureza do homem e por isso é definidora de um estilo ou de um modo de vida.

Na sua origem, a agricultura alternativa se insere num sistema de dimensões místicas ou de religiosidade e por isso é considerada como um movimento carregado de uma mensagem passadista, ou pré-moderna. Isto porque ela não vai privilegiar a dimensão econômica, mas resgata uma forma de produção que articula um sistema de vida orientado por múltiplas racionalidades ou dimensões (econômica, social, religiosa, afetiva, ética etc). É nesse sentido, também, que pelo fato de ressurgir em plena fase de expansão do mercado competitivo das sociedades modernas, que a agricultura ecológica se manterá na marginalidade.

A identificação da agroecologia, como um outro paradigma de produção, não constitui, portanto, apenas um modelo diferente, mais próximo das condições naturais, mas expressa uma forma de relação homem-natureza mediada por uma representação que não exclui a natureza do homem. Natureza e homem permanecem ligados

por elementos comuns, à medida que neles se expressa subjetividade e racionalidade. Desta forma a natureza é racionalmente cultivada e preservada, e passa a ser vista não como instrumento, como recurso, mas como elemento de preservação e de recriação da vida. Esse objetivo comum, do homem e das demais espécies vivas, reforça no homem a sua dimensão natural e com ela se identifica.

O objetivo de reprodução da vida é parte de um projeto social do agricultor alternativo. Esse projeto que combina racionalidade e subjetividade, nas relações de trabalho, será fundamental para reforçar a condição de um outro tipo de ator social ou de um novo sujeito. Um sujeito que forjará na sociedade a identidade de um dos novos movimentos sociais da contemporaneidade. Participam desse movimento, na sua primeira fase, categorias sociais diversas, mas que têm em comum um projeto de reconstrução de novas relações com a natureza e com a sociedade.

A reafirmação de uma identidade em torno de um projeto social, aliada a uma conjuntura social caracterizada pela valorização da ecologia, é que permitirá ao movimento obter um reconhecimento social. Nesse “segundo momento”, surgem novos grupos, se multiplicam novas formas sociais de organização comercial (feiras, sistemas de entregas de sacolões) e se amplia o apoio de consumidores de forma organizada. O movimento se expande de forma articulada tanto no âmbito das regiões como na esfera nacional de países distintos, no sentido de criar instituições, buscar apoio técnico e político. Esse crescimento organizacional, em forma de rede, preserva as diferenças, a autonomia das organizações locais e diferentes tendências do movimento ecológico. Em muitos casos, como no Brasil, o movimento mantém-se afastado das instituições governamentais constituindo uma posição política que visava a preservar o seu caráter contestatório e evitar a ingerência das políticas do governo tidas como conservadoras e socialmente excludentes.

Com o surgimento dos chamados riscos sociais mediante o aparecimento de indicadores denotando uma crescente crise socioambiental, a sociedade se sensibiliza pelas questões ecológicas e com elas suas instituições. A agricultura alternativa é então cada vez mais reconhecida e demandada pelos consumidores, como também é contemplada nas políticas de desenvolvimento. Nesse “terceiro momento” a institucionalização da agricultura ecológica, enquanto uma forma de produção, é fomentada pelos aparelhos governamentais re-

querendo então um ajustamento, uma reorganização de suas estruturas de beneficiamento e comercialização.

Para concorrer no mercado, os ecoprodutos necessitam ser certificados, para serem identificados, devem ter qualidade (gosto atrativo para o consumidor) e seguir normas de apresentação de embalagem, além de um sistema de distribuição impessoal, que possa competir com as formas tradicionais de comercialização. A agricultura ecológica, dessa forma, segue os padrões de um mercado de consumo massificado. Com isso, cede aos princípios que regem o mercado convencional e segue seus padrões, flexibilizando as normas que regem os sistemas de produção (caso da Alemanha), agrupando as diversas tendências visando a uma melhor padronização (caso da França) e ajustando-se às estruturas do sistema agroalimentar convencional, visando a dinamizar a produção (SCHMIDT, 2002).

Se constata, enfim, que o processo de institucionalização da agricultura ecológica se realiza segundo a forma e padrões da produção convencional. Se por um lado, esse processo dinamiza a produção e permite que um maior número de consumidores tenha acesso a produtos de qualidade ecologicamente superiores, por outro, parece evidente que a produção ecológica começa a absorver a lógica organizadora do sistema hegemônico ou do capital. Para competir em preço, qualidade e apresentação, a razão instrumental impõe-se sobre a produção ecológica. Com isso alguns princípios da produção ecológica parecem diluir-se, pois enquanto a racionalidade ambiental leva em conta uma multidimensionalidade do sistema natural, a racionalidade do capital vai privilegiar uma dimensão: a rentabilidade, a produtividade visando o lucro. De qual ecologia, ou agroecologia estaria se falando então na agricultura do consumo massificado. De uma ecologia de base natural ou de um ecoindustrialismo. Caminhará a agroecologia para produção ecológica de modelo único, ou de modelos diferenciados?

Se por um lado se constata que a agricultura ecológica nas sociedades pós-industriais se institucionaliza e com isso se transforma, ajustando-se ao sistema de mercado massificado, isto não significa dizer que se tenha abolido a produção agroecológica de comércio tradicional e seletivo, que se instituiu e se expandiu na segunda fase do desenvolvimento da agroecologia. Há indicativos de sua permanência juntamente com outros modelos.

Embora a agricultura ecológica com suas diversas vertentes represente, entre as alternativas, a mais estruturada, outros produtos não rubricados como de produção ecológica parecem conquistar o mercado, fruto do impacto da produção

ecológica na agricultura. A afirmação desses diferentes produtos, contudo, dependerá da organização dos atores, de um lado, e, dos critérios sensibilidade e consciência ecológica dos consumidores, de outro.

Tabelas

TABELA 1 - AGRICULTURA ECOLÓGICA, EM HA, SEGUNDO AS DIVERSAS REGIÕES DO CONTINENTE

Europa	América do Sul	América do Norte	Ásia	África	Oceania	Área em hectare
Itália						1 040 377
Alemanha						546 023
Grã-Bretanha						527 323
Espanha						380 838
França						371 000
Áustria						271 950
	Argentina					2 800 000
	Brasil					803 180
	Peru					27 000
	Colombia					22 811
	Paraguai					19 218
	Bolívia					13 918
		USA				900 000
		Canadá				340 200
		México				85 676
			China			40 000
			Turquia			21 000
			Rússia			9 861
			Israel			5 800
			Japão			5 083
				Tunísia		18 035
				Marrocos		11 956
				Zâmbia		6 688
				África do Sul		6 000
				Uganda		5 250
					Papua	4 265
					Nova Zelândia	46 000
					Austrália	7 654 924

FONTE: SÖL- Erhebung 2/2002.

TABELA 2 - A AGRICULTURA ECOLÓGICA NA ALEMANHA

	1995	1998	2001
N.º Estabelecimento	5.866	8.184	12.740
Área plantada	272.000	390.000	546.000
% em relação ao total área agrícola cultiv.	1,58	2,27	3,20

FONTE: Agrimente 2002 zahlen, Daten und Fakten zur deutschen Landwirtschaft.

TABELA 3 - O MERCADO MUNDIAL DE PRODUTOS ECOLÓGICOS EM 2000 E 2001

	Vendas em Mil EUR, 2000	% no conjunto do mercado	Taxa média de crescimento(%)	Vendas em mil de EUR, 2001
Alemanha	2,4 - 2,5	1,6 - 1,8	10 - 15	
Grã-Bretanha	1,3 - 1,4	1,0 - 2,5	15 - 20	
Itália	1,2 - 1,4	0,9 - 1,1	10 - 20	
França	0,9 - 1,0	0,8 - 1,5	10 - 15	
Suíça	0,50	2,0 - 2,5	10 - 15	
Dinamarca	0,40	2,5 - 3,0	10 - 15	
Áustria	0,2 - 0,3	1,8 - 2,0	10 - 15	
Holanda	0,3 - 0,4	0,9 - 1,2	10 - 20	
Suécia	0,3 - 0,3	1,0 - 1,2	15 - 20	
Bélgica	0,10	0,9 - 1,1	10 - 15	
Outros países EU	0,5 - 0,7	-	-	
EUROPA	8,1 - 8,7	-	-	9,8 - 10,4
USA	8,7 - 9,2	1,5 - 2,0	20	10,4 - 11
JAPÃO	2,3 - 2,9	-	-	2,9 - 3,5
TOTAL (aproximado)	20,2	-	-	24,3

FONTE: ITC, Januar 2002, basierend auf Schätzungen, ZMP Ökomarket Forum.
10 v. 08.03.02

TABELA 4 - AGRICULTURA BIOLÓGICA NA FRANÇA

	1999	2000	1999/2000
N.º Estabelecimentos	8.140	9 283	14 %
Área plantada	315.917	370.742	17 %
% em relação ao total de área cultiv. (SAU)	1,1	1,3	2,5%

FONTE: L'Observatoire national de l'agriculture biologique; résultat 2000

TABELA 5 - ESTIMATIVA: O NÚMERO DE PRODUTORES ORGÂNICOS, ÁREA, VOLUME DE PRODUÇÃO E VENDAS NO BRASIL - 2001

Estado da Federação	Número de propriedades*	Área (ha)	Volume Produção(t)	Vendas (R\$) (Milhões de Reais)
Rio Grande do Sul	4.370	13.000**	-	40
Paraná	3.077	10.030	35.000	50
Maranhão***	2.120	10.021	-	-
Santa Catarina	2.000	12.000	-	-
São Paulo	1.000	30.000	-	70
Ceará***	543	21.040	10.000****	-
Acre	500	50	-	-
Pará	400	4.012	-	-
Bahia***	247	7.240	-	-
Rio de Janeiro***	203	7.087	2.000****	5****
Minas Gerais	149	3.433	-	-
Mato Grosso do Sul	-	115.599	-	-
Mato Grosso*****	123	34.965	-	-
Distrito Federal	50	200	400	2
Espírito Santo	34	899	800	3
Outros	50	6.000	-	-
TOTAL	14.866	275.576	300.000****	200****

FONTE: Moacir Darolt (2001).

*cerca de 30 % do número total de propriedades encontram-se "em processo de conversão".

**Dados preliminares informados pela Emater/RS (Eng. agr. Gervásio Paulus).

***Dados estimados fornecidos por Richard Charity, Pierre Landolt, Pedro Jorge B. F. Lima e José Geraldo Ormond.

**** Estimativas.

***** Nos estados do Mato Grosso, os dados incluem áreas de pastagem em conversão e projeto de fruticultura em áreas indígenas.

NOTA: Elaborado a partir de dados da Emater-PR; SEAB-PR; Emater-RS; Epagri-SC; IBD; AAO; Abio; BCS; OIA; SKAL; Sapucaí; Coolmeia; Rede Eco Vida; ANC; Epan; Abio; MOA; PVO; ECOCERT

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1999.

ASSIS, R. L. *Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas*. Campinas, 2001. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da Unicamp.

BALESTRIN, N. L. *Associação de Agricultura Orgânica do Paraná: uma proposta em (re)construção*. Curitiba, 2002. Tese (Mestrado em Sociologia das Organizações) - Universidade Federal do Paraná.

BARRES, D.; BONNY, S.; LE PAPE, Y.; REMY, J. *Une éthique de la pratique agricole* (Agriculteurs biologiques du Nord-Drôme). Paris: Institut National de la Recherche Agronomique, 1985.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BYE, P.; SCHMIDT, W. *Agriculture familiale au Sud du Brésil; d'une exclusion productiviste à une exclusion certifiée?* In: CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY, 19., 2001, Dijon, France. *Anais...* Dijon, 2001.

CEZAR, C. *De la conception du naturel. Les catégories de l'entendement à l'oeuvre chez les consommateurs de produits issus d'agriculture biologique: contribution à une socio-anthropologie de l'alimentation*. Paris, 1999. Tese (Doutorado) - Université de Paris X - Nanterre.

CLARK, E. A. *Environmental impacts of specialised agriculture. L'agriculture biologique face à son développement: Les enjeux futurs*. Paris: Inra, 2000. p. 145-158. (Les Colloques, n. 95).

DAROLT, M. R. *As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba*.

- Curitiba, 2000. 310 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Université Paris 7.
- _____. *Agricultura orgânica: inventando o futuro*. Londrina: Iapar, 2002.
- DAVID, C. *La spécialisation des systèmes céréaliers en Europe: origine et conséquences. L'agriculture biologique face à son développement: les enjeux futurs*. Paris: Inra, 2000. p. 127-137. (Les Colloques, n. 95).
- DEFFONTAINES, J. P. Ressources naturelles et développement durable em agriculture. Le point de vue d'un agronome. In: JOLLIVET, M. *Le développement durable, de l'utopie au concept: de nouveaux chantiers pour la recherche*. Paris: Elsevier, 2001.
- DELEAGE, E. L'autre paysannerie. *Revue du Mauss*, Paris, n. 15, p. 383-397, 2000.
- FERET, S.; DOUGUET, J. M. Agriculture durable et agriculture raisonnée: quels principes et quelles pratiques pour la soutenabilité du développement en agriculture? *Nature, Sciences*, Société Paris, v. 9, n. 1, p. 58-64, 2001.
- FREMEREY, M. *Die Organisation des studenschwerpunkts ökologischer landbau: genese, strukturen, prozesse*. Kassel: Universität Gesamthochschule Kassel, 1999.
- GAUTRONNEAU, Y.; SILVANDER, B.; RIBA, G. Agriculture biologique: aperçu historique et perspectives de développement. *Bulletin des Groupements Techniques Vétérinaires*, n. Hors-série "Élevage et Agriculture biologique", p. 9-14, 2001.
- GOTHE, D. *Regionale Bio-Lebensmittel im Handel: situation, perspektiven, handlungsempfehlungen*. Bonn: Nabu, 2002.
- IKERD, J. *Specialized systems and the economics stakes. L'agriculture biologique face à son développement: Les enjeux futurs*. Paris: Inra, 2000. p. 167-182. (Les Colloques, n. 95).
- JOLLIVET, M. *Le développement durable, de l'utopie au concept: de nouveaux chantiers pour la recherche*. Paris: Elsevier, 2001.
- KARAM, K. *Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade na Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.
- LAMARCHE, H. *L'agriculture familiale I: une réalité polymorphe*. Paris: L'Harmattan, 1991.
- MICHELSSEN, J. Recent development and political acceptance of organic farming in Europe. *Sociologia Ruralis*, v. 48, n. 3, p. 3-19, 2001.
- OPPERMAN, R. Ökolandbau: die aussichten des wachstums. In: OPPERMAN, R. *Landwirtschaft 2000: der Kritische Agrarbericht*. Deutschland: GhK, 2000. p. 268-273.
- PETERS, E. Strategien der Biobauern gegenüber Veränderungen im Marktgeschehen. *Ökologie & Landbau*, n. 101.1, p. 21-25, 1997.
- REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Normas de organização e funcionamento*. Mimeog.
- REED, M. Fight the future! How the contemporary campaigns of the UK organic movement have arisen from their composting of the past. *Sociologia Ruralis*, v. 41, n. 1, p. 131-145, Jan. 2001.
- RODRIGUES, R. *Feira*. Curitiba, 2001. Monografia - Universidade Federal do Paraná/Deciso.
- RUAULT, C. *Evolution des réseaux professionnels des agriculteurs et formes de conseil em agriculture biologique: quels enjeux pour le développement? Le cas de la Bretagne. L'agriculture biologique face à son développement: les enjeux futurs*. Paris: Inra, 2000. (Les Colloques, n. 95).
- RUCINSKI, J. Consumidores de alimentos orgânicos em Curitiba. Curitiba, 2000. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Paraná/Deciso.
- SCHMIDT, G.; JASPER, U. *Agrarwende: oder die zukunft userer ernährung*. München: Beck, 2001.
- SCHMIDT, G. Auf dem misthaufen gekratz. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, samstag, 1 juni 2002. Nr. 124/seite 49.
- SILVANDER, B. *Les tendances de la consommation de produits biologiques en France et en Europe: conséquences sur les perspectives d'évolution du secteur. L'agriculture biologique face à son développement: les enjeux futurs*. Paris: Inra, 2000. (Les Colloques, n. 95).
- SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- SPILLER, A. Preispolitik für ökologische lebensmittel: eine neo-institutionalistische analyse. *Agrarwirtschaft*, n. 50, Heft 7, p. 451-460, 2001.
- WANDERLEY, M. N. B. *Trajетória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo*. Campinas: Cadernos IFCH/UNICAMP, 1989.
- WEID, J. M. Projeto tecnologias alternativas/FASE. *Proposta: Experiência em Educação Popular*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 2-4, jan. 1988.

WIRTHGEN, B.; SCHMIDT, E.; GEWERT, J. Möglichkeiten und Grenzen regionaler Vermarktungs-konzepte am Beispiel Minimarkthallen in loser Kooperation mit Verbrauchermärkten und Einkaufszentren. In: Innovative Konzepte für das

Marketing von Agrarprodukten und Nahrungsmitteln. Rentenbank. *Schriftenreihe der Landwirtschaftlichen Rentenbank*, Deutschland, Band 13.

VOGT, G. Entstehung und entwicklung des ökologischen landbaus. BadDürkheim: Söl, 2000.